

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9389 | Salvador, 04.09.2026 a 06.09.2026

Presidente em exercício Elder Perez



CAMPANHA SALARIAL

Decisão até 12h de hoje

Dia decisivo para a definição dos rumos da campanha salarial. Após a plenária iniciada às 18h de ontem, no Ginásio de Esporte, teve início, às 19h, a assembleia-geral virtual da categoria,

segmentada em bancários da rede privada, da Caixa, BB e BNB. A orientação é pela aprovação da contraproposta da Fenaban nos privados e rejeição da ACT nos federais. Página 3



O projeto que atacou direitos

Articulação das elites causa prejuízos ao trabalhador do país

JÚLIA PORTELA
imprensa@bancariosbahia.org.br

DEZ anos depois, os efeitos do golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 continuam presentes na vida dos brasileiros. Em 31 de agosto daquele ano, 61 senadores votaram pelo impeachment de Dilma Rousseff. Apenas 20 rejeitaram. Michel Temer assumiu a presidência e, avançou sem dó com um projeto que prometia colocar o país nos trilhos, mas que rapidamente mostrou a quem beneficiava: as elites brasileiras e o grande capital.

A agenda apresentada no documento Uma Ponte para o Futuro tinha um caminho definido: reduzir o papel do Estado, cortar investimentos públicos e flexibilizar direitos. O resultado foi uma sequência de medidas que atingiram diretamente os bancários e demais categorias.

A reforma trabalhista, aprovada em 2017, alterou mais de 100 pontos da CLT, ampliou formas precárias de contratação, enfraqueceu a negociação coletiva e retirou proteções históricas.

O ataque também mirou quem organiza a resistên-

cia. A contribuição sindical obrigatória foi retirada sem a construção de alternativa de financiamento, atingindo a estrutura dos sindicatos e dificultando a organização das categorias. A reforma trabalhista também acabou com a ultratividade, deixando acordos e convenções coletivas sem validade automática após o fim da vigência. Na prática, direitos ficaram mais vulneráveis.

A LUTA histórica pela redução da jornada de trabalho deu mais um passo nesta quarta-feira (02/09). A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários e com a garantia dos direitos trabalhistas.

A aprovação, importante vitória para os brasileiros, coloca novamente no centro do debate uma demanda do cidadão: trabalhar menos, com emprego protegido e tempo para viver, estudar, cuidar da família e descansar.

A PEC ficou quase três meses parada no Senado e voltou a avançar após a reaproximação entre o presidente Lula e o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre. Com a aprovação na CCJ, a expectativa é de que a matéria avance para o plenário do Senado nas próximas semanas.



Contra a violência e o assédio no trabalho

APÓS três anos de enviada ao Congresso Nacional pelo governo federal, a adesão do Brasil à Convenção 190 da OIT

(Organização Internacional do Trabalho), tratado internacional que estabelece o direito de todas as pessoas a um mun-

do do trabalho livre de violência e assédio, finalmente recebeu a atenção necessária dos parlamentares.

A Câmara dos Deputados aprovou a proposta, que segue agora para o Senado. Adotada pela OIT em 2019 e em vigor internacionalmente desde 2021, a convenção amplia a compreensão sobre a violência no trabalho e reforça a necessidade de prevenção de situações violentas e proteção das vítimas.

A C190 se atenta para diversas formas de opressão, desde ameaças, humilhações, intimidação, assédio sexual, prática discriminatória ou formas abusivas de gestão que possam atingir a saúde, a renda e a permanência do trabalhador no emprego.



Votação até o meio dia

Os bancários têm até 12h para registrar o voto na assembleia

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br



OS BANCÁRIOS têm até meio dia de hoje para participar da assembleia que define o futuro da campanha salarial. Os funcionários dos bancos privados deliberam sobre a renovação da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), apresentada pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), enquanto os empregados dos públicos avaliam os ACTs (Acordos Coletivos de

Trabalho) específicos do BB, BNB e Caixa. O link é votacao.selfapp.com.br.

A proposta da Fenaban prevê reajuste salarial com a reposição da inflação medida pelo

INPC mais 0,6% de aumento real. O mesmo índice será aplicado nas demais verbas econômicas, como PLR e vales alimentação e refeição. Sobre as cláusulas sociais, a proposta es-

tabelece regras de transparência e limites para o monitoramento digital no teletrabalho, reforça o direito à desconexão e prevê a participação dos sindicatos no programa de gerenciamento de riscos psicossociais. Neste caso, o Sindicato orienta a aprovação da CCT.

Para os funcionários do BB, BNB e Caixa, o Sindicato dos Bancários da Bahia orienta a rejeição dos respectivos ACTs. A posição considera que os acordos específicos apresentados ainda não atendem adequadamente às reivindicações dos trabalhadores. É fundamental que os bancários participem da assembleia e registrem o voto.

Acessibilidade é o que falta para as pessoas

A **ACESSIBILIDADE** é fundamental para garantir que pessoas com deficiência possam exercer os direitos e participar da sociedade com autonomia e igualdade de oportunidades. No cotidiano, porém, diferentes obstáculos ainda dificultam o acesso a espaços, serviços, informações, transportes e atividades sociais. As barreiras podem ser físicas, comunicacionais, tecnológicas ou relacionadas a atitudes e comportamentos.

Entre os principais obstáculos estão as barreiras arquitetônicas, presentes em locais com escadas sem alternativas acessíveis, corredores estreitos, banheiros inadequados e ausência de sinalização. Também existem barreiras na comunicação e no acesso à informação, como a falta de Libras, legendas, audiodescrição, Braille e recursos compatíveis com tecnologias assistivas, inclusive em sites, aplicativos e documentos digitais.

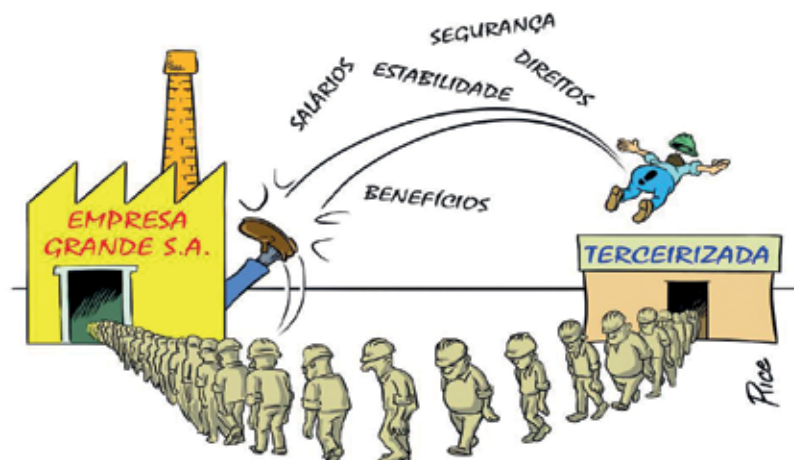
As barreiras atitu-

dinais têm impacto significativo. Preconceito, discriminação, infantilização e a desconsideração da autonomia da pessoa com deficiência são exemplos de comportamentos que podem impedir a participação em igualdade de condições. Atitudes simples, como falar diretamente com a pessoa, respeitar suas decisões e perguntar antes de oferecer ajuda contribuem para relações mais inclusivas.

Garantir acessibilidade, portanto, não significa apenas fazer adaptações pontuais, mas considerar a diversidade desde o planejamento de espaços, serviços, produtos e informações.



Acessibilidade, um meio de garantir a cidadania



Dados sobre terceirização

UMA das funções de um sindicato é garantir direitos trabalhistas e fiscalizar a proteção das garantias. Para ampliar o alcance da atuação, o Ministério Público do Trabalho publicou a Nota Técnica PGT/MPT nº 02/2026, que consolida o entendimento que as entidades possuem legitimidade para ter acesso aos documentos e informações relacionados à fiscalização de contratos de terceirização firmados pela Administração Pública.

A fim de fortalecer o controle social e aumentar a transparência na execução dos contratos, os sindicatos podem solicitar relatórios de fiscalização e registros de irregularidades, por exemplo.

A nota faz ainda um impor-

tante alerta sobre a utilização da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) como desculpa para impedir o acesso a informações de interesse coletivo. Obviamente, no entanto, é necessário observar as salvaguardas legais de proteção aos dados pessoais.

O entendimento está alinhado ao Tema 1.118 do STF (Supremo Tribunal Federal), que reforça a importância da fiscalização dos contratos administrativos. De acordo com o MPT, a recusa injustificada do poder público em fornecer as informações pode caracterizar prática antissindical, além de contribuir para a responsabilização da Administração em casos de omissão na fiscalização dos contratos terceirizados.

Pé-de-Meia faz a diferença

Depois do programa, abandono no ensino médio caiu para 2,5%

CAIO RIBEIRO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A **TAXA** de abandono escolar no ensino médio da rede pública caiu para 2,5% em 2025, o menor nível registrado desde 2007. O índice representa uma redução de 34% desde a criação do programa Pé-de-Meia, em 2024.

O resultado vem como resposta, diante dos ataques da extrema-direita ao programa criado pelo governo Lula. A iniciativa oferece incentivos financeiros para estudantes do ensino médio público,

estimulando a permanência e a conclusão dos estudos. Os pagamentos são realizados de acordo com a frequência e a participação dos alunos.

Os dados também apontam uma redução no número de estudantes com atraso escolar. A proporção daqueles que estavam dois ou mais anos atrasados caiu de 24,3% em 2022 para 17,6% em 2025.

Apesar dos avanços, a permanência dos jovens no ensino médio ainda é um desafio. Em 2024, 92,1% dos brasileiros entre 15 e 17 anos estavam matriculados em alguma instituição de ensino, mas apenas 82,2% frequentavam o ensino médio, etapa considerada adequada para essa faixa etária.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

PERIGOSO FACTOIDE Indicado ao STF por Bolsonaro e acusado de parcialidade na relatoria dos escândalos do Banco Master e *Dark Horse*, André Mendonça, com o pedido de investigação contra Alexandre de Moraes, cria um factoide político-eleitoral capaz de interferir na soberania das urnas em favor de Flávio Bolsonaro. Preocupa a passividade do presidente da Corte, Edson Fachin.

PARCIALIDADE TÓXICA Demorou até demais, a atitude dos partidos progressistas - PT, PCdoB, PSOL e Rede - de pedir ao STF mudança imediata na relatoria dos escândalos do Banco Master e do filme *Dark Horse*, diante da postura escandalosamente parcial do ministro André Mendonça na condução dos dois casos. Por muito menos Dias Toffoli caiu como relator.

É INCONSTITUCIONAL Juristas garantem ser ilegal o presidente do STF colocar em votação no pleno o pedido de André Mendonça para investigar Alexandre de Moraes, pois contraria a Constituição. A prerrogativa é da PGR e a autorização exige aval da maioria da Corte. Também não há provas cabais para uma investigação. Muita expectativa com a decisão a ser tomada pelo enigmático Edson Fachin.

VITÓRIA HISTÓRICA O empenho do presidente Lula e o esforço das centrais sindicais foram fundamentais, decisivos, para a aprovação, na CCJ do Senado, da PEC que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Vitória histórica dos trabalhadores. Agora é manter a pegada para aprovar a proposta no plenário, antes do recesso para a eleição.

REAÇA COVARDE Um reacionário covarde, sem coragem de assumir para o Brasil que é contra a PEC. É o que revela a ausência do senador Flávio Bolsonaro (PL) na aprovação do fim da escala 6x1 na CCJ do Senado, da qual faz parte. O presidencialista do PL reafirma a fama de antitrabalhador e antipovo, lacaio do capital e dos EUA, como são o pai, os irmãos e toda a súcia bolsonarista.



PIB expandiu 0,5%, resultado positivo, apesar do boicote dos Bolsonaro

Economia brasileira cresce no 2º semestre

O **PIB** (Produto Interno Bruto) do Brasil cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026, na comparação com os três primeiros meses do ano, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O resultado mostra a continuidade da expansão da economia, embora em ritmo mais moderado.

O crescimento foi influenciado pelo desempenho de diferentes setores da economia, com destaque para as atividades que contribuíram para a manutenção da atividade econômica

no período. O resultado também reforça a avaliação de que a economia segue avançando, apesar de um cenário de maior cautela e de desafios.

Com o avanço de 0,5% entre abril e junho, o desempenho do PIB passa a ser acompanhado de perto por analistas e pelo governo, especialmente diante das perspectivas para os próximos meses. Os novos dados do IBGE ajudam a traçar um panorama da economia brasileira e das condições para o crescimento até o fim de 2026.